

## **ESCLARECIMENTOS - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0005/2023**

### **ESCLARECIMENTO 01**

**De: 26/08/2025**

A empresa ..., vem mui respeitosamente, conforme previsto no instrumento convocatório, apresentar seu QUESTIONAMENTO em face do Pregão eletrônico 90084 2025 pelos fundamentos que passa a expor:

O Art. 69 da 14.133/21 diz:

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

Conforme descrito no Art. 69 da 14.133/21 entendemos que as empresas que não atingem os índices do item 15.3.2.1., poderão comprovar sua boa condição financeira através do balanço patrimonial, apresentando um patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação juntamente com os índices calculados, mesmo que inferior a 1. Está correto o entendimento ?

**Resposta esclarecimento 01: Sim, o entendimento está correto. Informo que o edital foi alterado para inclusão da avaliação do capital social registrado ou patrimônio líquido na regra de avaliação da qualificação econômica financeira.**

### **ESCLARECIMENTO 02**

**De: 28/08/2025**

**QUESTIONAMENTO:** 15.3.2.1. Além da manutenção das condições exigidas para a pré-qualificação, os editais de Pregão Eletrônico exigirão como condições complementares para habilitação das Licitantes, entre outras:

b) Comprovação de boa situação financeira de empresa, representada pela obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) em valores superiores a 1 (um);

A Lei nº 14.133/2021, aborda a qualificação econômico-financeira dos licitantes e permite a utilização do patrimônio líquido como critério de habilitação.

Especificamente, o artigo 69 da lei menciona que a habilitação econômico-financeira deve ser comprovada de forma objetiva, por meio de coeficientes e índices econômicos previstos no edital. Além disso, o § 4º do artigo 69 permite que a Administração exija, no edital, um capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% do valor estimado da contratação para compras futuras e execução de obras e serviços.

Portanto, solicitamos a substituição dos índices contábeis pelo patrimônio líquido. O patrimônio líquido oferece uma visão mais abrangente e precisa da saúde financeira da empresa, refletindo a soma dos ativos menos os passivos. Empresas com patrimônio líquido positivo demonstram maior estabilidade e solidez financeira.

A utilização do patrimônio líquido simplifica o processo de avaliação, tornando-o mais transparente e menos sujeito a interpretações variadas dos índices contábeis. Por exemplo, ao invés de calcular múltiplos índices como liquidez corrente e liquidez geral, o patrimônio líquido fornece um único indicador claro e direto.

Concluimos, que o patrimônio líquido oferece uma visão mais abrangente e precisa da saúde financeira da empresa.

Com isso, entendemos que o patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% do valor estimado da contratação, atende plenamente ao solicitado, comprovando a boa situação financeira da empresa. Nosso entendimento está correto?

**Resposta esclarecimento 02: Sim, o entendimento está correto. Informo que o edital foi alterado para inclusão da avaliação do capital social registrado ou patrimônio líquido na regra de avaliação da qualificação econômica financeira.**

### **ESCLARECIMENTO 03**

**De: 16/01/2026**

**QUESTIONAMENTO:** Temos interesse em participar no pregão acima, só que não participamos dessa Pré-qualificação no ano de 2023. Como podemos proceder para sermos pré-qualificados e podermos participar desse certame.

Texto: Licitantes pré-qualificadas no Edital de Pré-qualificação nº 0005/2023 para contratação de circuito de dados.

**Resposta esclarecimento 03: O Edital de Chamamento nº 005/2023 está disponível para consulta no seguinte endereço: <https://www.serpro.gov.br/consultas-publicas/sede/0005-2023>**

**No edital, constam as condições e a lista de documentos exigidos para a pré-qualificação das empresas interessadas.**

### **ESCLARECIMENTO 04**

**De: 16/03/2026**

**QUESTIONAMENTO:** Conforme disposto no Edital nº 0005/2023 – Pré-Qualificação de Circuitos de Dados, especificamente no item 4.1, alínea b.2.1, estabelece-se que o escopo parcial se aplica às operadoras que comprovarem capacidade técnica para atendimento de quantitativos menores de pontos e banda, dispondo ainda que, uma vez comprovada tal capacidade, a operadora estará habilitada a atender todas as Unidades da Federação, com exceção do Distrito Federal (DF) e do Estado de São Paulo (SP).

Adicionalmente, observa-se que o Anexo B – Comprovação de Capacidade Técnica apresenta, para cada categoria de serviço prevista no edital, os quantitativos mínimos de pontos e banda (Mbps) exigidos para fins de comprovação de capacidade técnica, diferenciando os requisitos aplicáveis aos escopos Total e Parcial.

Diante do exposto, e considerando a necessidade de correta interpretação das disposições editalícias para fins de apresentação da documentação de pré-qualificação, solicita-se a confirmação do entendimento de que a operadora que comprovar capacidade técnica para determinada categoria no escopo parcial estará habilitada a prestar os serviços em todas as Unidades da Federação, excetuando-se apenas o Distrito Federal (DF) e o Estado de São Paulo (SP), nos termos do item 4.1, alínea b.2.1, bem como conforme refletido nos quantitativos estabelecidos no Anexo B do referido edital.

Adicionalmente, solicita-se esclarecer se há eventuais condições complementares, restrições específicas ou exceções aplicáveis a determinadas categorias de serviço, que possam impactar a abrangência geográfica de atuação das operadoras qualificadas no escopo parcial, caso tais condições não estejam explicitamente descritas no dispositivo mencionado.

Tal esclarecimento mostra-se relevante para assegurar a adequada compreensão das regras de habilitação técnica, bem como a correta formalização das informações a serem apresentadas no Formulário de Pré-qualificação (Anexo A) e nos Atestados de Capacidade Técnica, em estrita conformidade com as disposições do edital.

**Resposta esclarecimento 04: O entendimento está correto, ou seja, a operadora que comprovar capacidade técnica para determinada categoria no escopo parcial estará habilitada a prestar os serviços em todas as Unidades da Federação, excetuando-se apenas o Distrito Federal (DF) e o Estado de São Paulo (SP);**

**As únicas exceções são as categorias 3 (satélite geoestacionário) e 4 (móvel), que só possuem escopo total e uma vez comprovada a capacidade exigida no edital para estas categorias, a operadora pode atender em todas as UFs, sem exceção.**

**Vale destacar o item a seguir:**

**15.2. Para as categorias 5 (Determinístico) e 10 (Rede Fixa Dedicada Interestadual), poderão ser solicitados circuitos interestaduais. Neste caso, a Interessada deverá estar Pré-Qualificada na categoria e escopo pretendido, pelo menos, para uma das pontas estabelecidas. Ou seja, se o Serpro estiver contratando um circuito RCE x BSA, por exemplo, e se a operadora estiver habilitada no escopo parcial, que permite atender a UF de PE, ela poderá atender o trecho todo, sem problemas.**